

A Amazônia e a xenofobia

Carlos Raja Gabaglia Moreira Penna

O debate em torno da pressão externa para a preservação da Amazônia estimulou uma forte reação nacionalista e é fruto de um extraordinário equívoco: não são estrangeiros (com raras e inexpressivas exceções) que têm falado em internacionalização da Amazônia. É o reacionarismo interno que, movido pelo mesmo extremismo que caracteriza os que desejam a sacralização da floresta Amazônica, estimula a xenofobia e desvia a atenção do cerne do problema: a devastação gananciosa e autofágica de nossos recursos naturais.

Um outro esplêndido combustível que alimenta esse nocivo sentimento nacionalista é a cupidez cega de gente que se locupleta com um perverso sistema que dilapida nossas riquezas e que, tradicionalmente, favorece grupos amigos do poder: os subsídios para grandes projetos na Amazônia. Esses financiamentos para projetos agropecuários com largos prazos de carência e juros subsidiados deixam, invariavelmente, uma paisagem de terra arrasada e um sistemático desvio de recursos para aplicações em outros tipos de investimentos, inclusive mercado financeiro.

As costumeiras queimadas de enormes áreas de floresta são identificadas como "beneficiamento" da terra e permitem a liberação de verbas que — não raro — enriquecem seus proprietários e são transformadas em dólares para o proveito exclusivo desses "desbravadores". Os subsídios para a região, altamente inflacionários e pagos com os impostos de todos nós, não têm gerado desenvolvimento e bem-estar social, mas enriquecimento ilícito de alguns poucos. O Programa Grande Carajás é um candente exemplo desse esquema. Serão 26 usinas siderúrgicas alimentadas com carvão vegetal extraído da mata nativa ao longo da Ferrovia de Carajás e que deverão consumir — segundo estimativa — cerca de 250 mil km² de floresta em menos de 10 anos!!! Servirão apenas para pagamento dos juros da dívida externa (a dívida mesmo é impagável) e deixarão apenas um rastro de destruição e poluição. Os pseudobenefícios sociais podem ser medidos, atualmente, pelo padrão de vida dos empregados envolvidos no processo de carvoejamento de algumas dessas usinas já em funcionamento; um trabalho semi-escravo que remunera esses trabalhadores rurais da seguinte forma: em Ubá, no Pará, por exemplo, pagava-se a um trabalhador, em dezembro de 88, Cz\$ 1.500 (= NCz\$ 1,50) por tonelada de carvão produzida além de uma diária de Cz\$ 750 (= NCz\$ 0,75), quantia partilhada com um ajudante. Segundo o depoimento de um deles, após trabalhar um ano, incluindo sábados e domingos e sem visitar a família, não houvera ainda um "acerto". Parcela significativa de seu dinheiro ficaria, inclusive, retida para cobrir os custos com moradia e alimentação...

A colocação da questão Amazônica como uma ingerência externa em assuntos exclusivos de brasileiros é um desvirtuamento — nada acidental aliás — do âmago do problema. Não é esse o caminho. O que interessa — uma vez que somos nós os principais prejudicados — é discutirmos o manejo racional dos recursos da floresta Amazônica. A utilização predatória e criminosamente de nossas riquezas empobrecem — antes de tudo — o Brasil. É indispensável e urgente redefinirmos o modelo econômico da área. A verdadeira vocação da Amazônia é extrativista, não agrícola ou pecuária (exceção de raros e delimitados bolsões de terras férteis), nem industrial. É, como defendia Chico Mendes, a produção seringueira, a extração de castanha-do-pará, de diversos produtos vegetais autóctones ou não, como a quinina, a caçava, o cacau, a cevada, matérias-primas para a indústria farmacêutica e muitos outros, além da produção controlada e com moderna tecnologia das riquezas mineiras.

Estudos confiáveis indicam ser econômico o abate seletivo de 4 a 10 árvores de alto valor comercial por hectare por ano. Isto é desenvolvimento auto-sustentado, não devastador, permitindo a exploração contínua dos recursos florestais sem matar a "galinha dos ovos de ouro" e preserva a extraordinária biodiversidade da floresta equatorial ainda, em larga escala, desconhecida pela ciência e com um potencial de benefícios para a humanidade amplamente desperdiçado. O turismo ecológico oferece, também, grandes possibilidades para a região. Já a questão das hidroeletricas é bastante complexa e merece um debate à parte. Não se justifica, contudo, a opção única por uma fonte energética sujeita a variações sazonais e sem considerações sérias aos altos danos ambientais e sociais pela sua implantação. Mas, o lobby por hidroeletricas é dos mais fortes do país.

É inútil imaginar-se um insidioso plano de conquista da Amazônia pelas potências ocidentais. O imperialismo territorial das grandes nações está terminando e a União Soviética é um bom exemplo disso. A dominação de territórios alienígenas tem-se revelado cara política e socialmente, e ineficiente sob o aspecto econômico. Essa tese só serve a patriotas exacerbados e é sempre conveniente lembrar o que disse Bernard Shaw a respeito: "Não haverá paz no mundo enquanto não se extirpar o patriotismo (nacionalismo) da raça humana." Não se trata de comprometer a nossa soberania. É óbvio que devemos manter nossa autodeterminação. Mas, é tólice imaginar que o movimento internacional em defesa das florestas tropicais faça parte de uma estratégia imperialista. Descontados alguns exageros, o protesto é legítimo, sincero e coloca o dedo no centro da nossa ferida. Não há inimigos externos, tão caros à estreita visão castrense do mundo. Eles estão aqui dentro, agindo num crescente processo de devastação de nossas riquezas, movidos pela ganância do lucro fácil e com a conivência das autoridades. Este é o momento de capitalizarmos o crescente e irreversível interesse dos povos pela preservação do meio ambiente em escala global. Estamos todos na mesma nave. Convém não afundá-la.

Carlos Raja Gabaglia Moreira Penna, engenheiro civil, é administrador de empresa